

INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Balanco patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	Passivo	Nota	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	350.424,39	Contas a pagar		2.862,49
Adiantamentos		<u>120.000,00</u>	Impostos a pagar		<u>162,05</u>
		470.424,39			3.024,54
Não Circulante			Patrimônio líquido	6	
Imobilizado	4	<u>4.610,22</u>	Superávit do exercício		<u>472.010,07</u>
Total do ativo		<u><u>475.034,61</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>475.034,61</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44


Monica Rosenberg Braizat
Tesoqueira
C.P.F. 130.240.468-79


Flavia Roberta Mendes
Contadora CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Demonstração do resultado do período

findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

	Nota	2015
Receitas das atividades institucionais		
Receitas de doações	7	509.200,83
Receitas de eventos e campanhas sociais	8	136.500,00
Receitas obtidas com serviços voluntários	9	32.708,25
Receitas financeiras		335,83
		<hr/>
		678.744,91
Despesas com atividades institucionais		
Despesas administrativas	10	(173.653,22)
Despesas com serviços voluntários	9	(32.708,25)
Despesas financeiras		(225,77)
Despesas tributárias		(147,60)
		<hr/>
		(206.734,84)
		<hr/>
Superávit do exercício		472.010,07
		<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79



Flavia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2014	0,00	0,00
Superávit do exercício	472.010,07	472.010,07
Saldo em 31/12/2015	472.010,07	472.010,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79



Flavia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	472.010,07
Ajustes por:	
Depreciação	38,72
Resultado líquido ajustado	<u>472.048,79</u>
(Aumento) redução nos ativos	
Em adiantamentos	(120.000,00)
Aumento (redução) nos passivos	
Em contas a pagar	2.862,49
Em impostos a pagar	162,05
	<u>(116.975,46)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	355.073,33
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado	(4.648,94)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(4.648,94)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Variação do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>350.424,39</u></u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	
No fim do exercício	350.424,39
No início do exercício	-
Variação do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>350.424,39</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Roberto Livianu
Presidente

C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira

C.P.F. 130.240.468-79



Flavia Roberta Mendes
Contadora - CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

1 Objetivos sociais

Instituto Não Aceito Corrupção, doravante “Instituto”, é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, constituído em 27 de julho de 2015, com prazo indeterminado de duração, sendo regido pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

O Instituto tem por finalidade:

- a) Aprimorar e difundir conhecimento sobre o fenômeno da corrupção, bem como sobre mecanismos de combate e prevenção, através de pesquisas, seminários, palestras, treinamentos profissionais das áreas jurídicas e de compliance (conformidade), assim como para profissionais dos ramos de finanças, comunicação, educação e integrantes dos Três Poderes, entre outros;
- b) Ministrando cursos, elaborar e desenvolver trabalhos científicos, divulgar conteúdo através de mídias impressas e eletrônicas, eventos esportivos e culturais, entre outros;
- c) Promover campanhas de sensibilização de autoridades e apoio na definição de políticas públicas e diretrizes oficiais de combate e prevenção à corrupção;
- d) Criar mecanismos de certificação anticorrupção.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidade Sem Finalidade de Lucros”, e posteriores alterações, combinada com a NBC TG 1000 (“CPC PME”) (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Essas demonstrações foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

O Instituto não possui operações em moeda estrangeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.3 Apuração do resultado do período

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência do exercício.

2.4 Adiantamentos

Referem-se a antecipações efetuadas a fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá no momento em que ocorrer o seu fato gerador.

2.5 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na Nota Explicativa 4, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

2.6 Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado deve ser avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

A Administração do Instituto não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

2.7 Contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

2.8 Patrimônio social

Acumula o superávit inicial.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2015
Caixa	419,40
Bancos conta movimento	<u>350.004,99</u>
	<u><u>350.424,39</u></u>

4 Imobilizado

		2015		
	Taxa média % a.a	Aquisições	Depreciação	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10%	4.648,94	<u>(38,72)</u>	<u>4.610,22</u>
Total		<u>4.648,94</u>	<u>(38,72)</u>	<u>4.610,22</u>



Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

5 Provisão para contingências

A Administração do Instituto, respaldada pela representação de seus assessores jurídicos não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

- (a) Imunidade tributária: O Instituto enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade (isenção) tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A imunidade (isenção) tributária refere-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.

6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio social acumula o superávit inicial de sua constituição e será empregado integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

Em caso de dissolução ou extinção do Instituto, o eventual patrimônio remanescente será destinado a entidades sem fins lucrativos congêneres dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no Município de origem; inexistindo, a uma entidade pública a critério do Instituto, a ser definida pela Comissão Liquidante, cuja composição será definida pelo Regimento Interno.

7 Receitas de doações

	2015
Patrocínios	450.000,00
Doações de pessoas jurídicas	44.000,00
Doações de pessoas físicas	15.000,00
Cooperadores diversos	200,83
	<hr/>
	509.200,83
	<hr/> <hr/>

8 Receitas de eventos e campanhas sociais

O valor de R\$ 136.500,00 foi arrecadado para o evento “Corrida e Caminhada Não Aceito Corrupção” que ocorreu no dia 08 de novembro de 2015.



Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

9 Receitas (despesas) com serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários durante o exercício de 2015.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2015, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado.

10 Despesas administrativas e gerais

2015

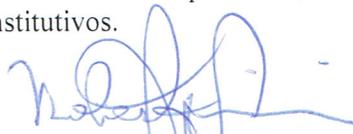
Despesas com realização de eventos	(103.807,15)
Serviços profissionais de terceiros–pessoa jurídica	(42.825,50)
Despesas com ocupação de imóveis	(12.260,97)
Materiais de consumo	(3.224,31)
Alimentação	(2.918,62)
Serviços profissionais de terceiros-pessoa física	(1.369,05)
Concessionárias de serviços públicos	(1.350,79)
Estagiários	(1.150,00)
Depreciação / amortização	(38,72)
Outras despesas administrativas	(4.708,11)
	<hr/>
	(173.653,22)

11 Partes relacionadas

O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores do Instituto, bem como seus conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.



Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79



Flavia Roberta Mendes
CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0